

José Geraldo Evangelista (*)

**O começo da Revolução
de 1842
em Lorena (**)**

(*) Historiador, membro do Instituto de Estudos Valeparaibanos e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

() Palestra realizada no 12º aniversário do Museu e Arquivo Municipal de Lorena, a convite da Profª. Virgínia Maria Thimóteo Vilela, nas vésperas do sesquicentenário da Revolução Liberal de 1842.**

ABSTRACT

As an introduction, the author presents a short appreciation of the causes which led to the outburst of the seditions movement in 1842. He outlines the historical background of the events in Lorena and Silveiras. He tries to explain the reasons for personal involvement in the revolutionary process caused by hatred between the Brazilian and the Portuguese people.

He reminds us of the geographical importance of Lorena and the characteristics of its inhabitants. He demonstrates how gossiping incites animosity. He ends up with the proceedings and their results.

RESUMO

O autor, pretendendo uma introdução, faz uma rápida apreciação das causas que levaram à eclosão do movimento sedicioso de 1842. Estabelece o quadro histórico dos acontecimentos nas localidades de Lorena e Silveiras. Procura explicar os motivos dos envolvimento pessoais com o processo revolucionário, atribuindo a este o ódio entre brasileiros e portugueses.

Lembra a importância geográfica de Lorena e o tipo de seus habitantes. Demonstra o acirramento de ânimos e como os boatos os provocam. Finaliza com a instauração dos processos e seus resultados.

A Revolução de 1842

Como o movimento de 1842 é pouco conhecido, convém esclarecer suas linhas gerais para melhor entendimento dos fatos ocorridos em Lorena e Silveiras.

Em dezembro de 1841, o Partido Conservador aprovou na Câmara dos Deputados a lei de Reforma do Código do Processo Criminal, debaixo de veementes protestos do Partido Liberal. Apesar do título inocente – Reforma do Código do Processo – a lei tinha uma verdadeira bomba em seus artigos, no referente à divisão do poder no âmbito dos municípios.

Antes dela, o poder era decidido por eleição. O partido que ganhasse as eleições teria eleito a maioria dos vereadores e todos os juizes de paz; estes tinham um poder enorme, pois podiam condenar a até 6 meses de prisão, a pagamento de multas a desterro do município por um ano, e nomeavam os delegados de polícia e seus suplentes, além dos inspetores de quarteirão.

Reparemos bem num fato: o partido vitorioso governava o município sem nenhuma divisão de poder com os derrotados. A maioria na Câmara Municipal permitia eleger o seu presidente, que seria o chefe do poder executivo, pois não existia o cargo de prefeito. Por sua vez, o Delegado de Polícia, nomeado pelo Juiz de Paz, conduzia processos criminais e a sentença era dada pelo mesmo Juiz de Paz. Ficava tudo em casa e – ai dos vencidos! – o partido derrotado não tinha outro direito senão o de espremer...

Embora soubesse que o processo-crime sobre a Revolução está na Biblioteca Nacional, fui alertado por meu amigo e pesquisador Sílvio Junchetti de que existiam no Arquivo Municipal três processos relacionados com a revolução de Lorena. Um, maior, contando o ambiente reinante em Silveiras e dois sobre arrombamento de casas em que estavam guardadas armas do Batalhão da Guarda Nacional, que foram usadas pelos revoltosos.

Com a Lei da Reforma do Código, a situação mudou. A nomeação dos delegados de polícia passava a ser feita pelo Chefe

de Polícia da Província, que, por sua vez, era pessoa de confiança do partido vitorioso em escala nacional. Em Lorena e em quase todo o Vale do Paraíba vencia sempre o Partido Liberal mas no total do Império o vitorioso era o Partido Conservador, que nomeava os presidentes de província e os chefes de polícia. Conseqüência: em Lorena os vereadores e juizes de paz eram do Partido Liberal e o delegado de polícia era do Partido Conservador, isto é, os poderosos teriam de dividir o poder e seriam afrontados pelo partido derrotado.

Havia, porém, uma esperança para o Partido Liberal, pois fizera maioria de deputados na eleição nacional e iria certamente modificar a Lei da Reforma do Código. Entretanto, alegando fraude e vício insanável nas eleições, o Partido Conservador anulou a eleição e os novos deputados nem chegaram a tomar posse.

A dissolução da Câmara dos Deputados eleita mas não empossada foi o sinal para a deflagração do movimento conhecido por "Revolução Liberal", em São Paulo e Minas Gerais.

A 17 de maio de 1842 a Câmara Municipal de Sorocaba não aceitou como Presidente da Província o Barão de Monte Alegre e aclamou como presidente o Brig. Rafael Tobias de Aguiar, logo recebendo adesões de outras Câmaras Municipais, como Porto Feliz e Itu. A adesão mais importante foi a do Pe. Diogo Antonio Feijó, ex-Regente do Império.

Era, porém, uma revolução anunciada, sem nenhuma surpresa para o Governo Imperial e o Partido Conservador. Tanto que cinco dias depois, o então Barão de Caxias desembarcava com tropas imperiais para reprimir a revolta. Antes, porém, o Comandante, quando ainda estava na Capital do Império, tomou duas providências: deslocou soldados do Paraná para Itararé, para impedir a ligação dos revoltosos com os Farrapos do Rio Grande do Sul e bloqueou a passagem para o Rio de Janeiro com a ocupação de Bananal, São José do Barreiro e Areias pelo Corpo de Permanentes da Corte. Ao passar por São Sebastião fez desembarcar um batalhão do Corpo de Fuzileiros, que se dirigiu para Guaratinguetá.

Em Lorena e Silveiras

Tornemos a repetir as datas: a 17 de maio estourou a revolução em Sorocaba; a 20 de maio fuzileiros desembarcaram em São Sebastião; a 21 de maio Caxias chegou a Santos; a 23 de maio os fuzileiros chegaram a Guaratinguetá e o Corpo de Permanentes a

Bananal, enquanto a revolução de Lorena começou a 1º de junho! Para quê? Para nada, ou melhor, para que morressem mais de cinquenta pessoas nas trincheiras de Silveiras. Uma revolução de desvairados, sem a mais remota chance de vitória, pois antes de começar já estava derrotada!

Assim, é muito mais importante tentar a análise daquilo que existia na cabeça dos chefes e do ideário da época, do que propriamente a dos fatos militares que, aliás, não foram muitos, embora tivessem sido mais ou menos frenéticos, como prova essa ordem, enviada pelo Juiz de Paz, Pe. Manoel Teotônio de Castro, ao Inspetor de Quarteirão do bairro de Mato Dentro:

"Logo, logo e logo: Ordeno-lhe que logo que receber este, passe a notificar todas as pessoas do seu Quarteirão, que possam pegar em armas e se apresente hoje mesmo, com elas nesta Vila, no Pátio da Cadeia, fazendo prender a toda e qualquer pessoa que se queira opor a esta minha ordem, quer seja por ameaças ou palavras, devendo todos que tiverem armas trazê-las, isto com toda a brevidade, pois assim o exige a salvação da liberdade".

Reunidos cerca de mil homens, foram organizados em companhias, comandadas por João Henrique de Azevedo e Almeida, Fortunato José do Rego e José Tibúrcio e, como 1º e 2º comandantes, Vicente José de Luna e Antonio Mariano da Silva.

Estes mil "soldados" eram, em esmagadora maioria, pobres trabalhadores do campo, que nem sabiam do que se tratava e nem todos traziam sua espingarda de caçar passarinhos. Foi preciso arrombar as casas em que se encontravam as armas da Guarda Nacional, de que falaremos adiante e que não chegavam a quarenta espingardas.

Em seguida, com este armamento rudimentar, quatrocentos homens foram mandados para Silveiras, para prender as únicas autoridades nomeadas pelo Chefe de Polícia e que tiveram coragem de tomar posse dos cargos, o subdelegado Manoel José da Silveira e seus suplentes.

Juntamente com gente de Silveiras, comandados por Anacleto Ferreira Pinto, Cap. José Ventura de Abreu e o vigário Pe. Manoel Félix de Oliveira, cercaram a casa do Cap. Silveira, onde estavam sessenta homens. Depois de tiroteio de duas horas, os sitiados se renderam, contanto que lhes poupassem a vida.

Todos saíram desarmados e o último foi o Subdelegado. "Ao apontar à porta, foi alvejado por três inimigos, caindo morto.

Sua cabeça foi arreventada, roubaram sua japonsa, e o corpo foi enterrado pelo próprio filho”, conforme conta a Dra. Carlota Pereira de Queiroz.

Era a primeira vítima desta “revolução dos tresloucados” e esta foi também uma morte anunciada com antecedência.

Realmente, era voz corrente em Silveiras que quem tomasse posse seria morto. Se, na primeira vez que os nomeados vieram a Lorena para isso, porque a posse teria de ser dada pela Câmara Municipal, os vereadores negaram-se a reconhecer-lhes a nomeação; na segunda, a 14 de maio, foram empossados pelo Presidente e quase foram mortos no caminho, pois existiam grupos postados em tocaia para isto. Só os salvou o Juiz de Direito da Comarca, que passou por ali antes, viu os grupos armados e deu ordem para que retornassem a suas casas, sendo obedecido.

Para apurar os fatos, foi aberto inquérito policial a 23 de maio, depondo quatorze testemunhas, na presença do Promotor Público, Dr. Antonio Faustino Cesar e do próprio Cap. Silveira, o subdelegado. Voltaremos a esse inquérito, pois é um dos que se encontram no Arquivo Municipal de Lorena.

Os revoltosos sofreram derrotas em dois combates: no primeiro tentaram atacar de surpresa as forças imperiais que ocupavam Areias mas foram recebidos pelo fogo cerrado dos “Permanentes”, havendo debandada geral; no segundo e definitivo, apesar de terem escavado trincheiras perto de Silveiras, não suportaram o ataque das tropas do Governo, os “periquitos” que já tinham ocupado Lorena sem luta. No final, depois de seis horas de combate, estavam mortos mais de cinquenta revoltosos e havia muitos feridos.

Simplificadamente, os fatos militares foram estes e outro não poderia ser seu desfecho. Afinal, que poderiam fazer estes homens, diante das tropas imperiais, bem armadas, bem municadas, comandadas por oficiais experimentados nas rebeliões do período das regências? E por que homens de certa cultura, como os padres Manoel Teotônio de Castro e Manoel Félix de Oliveira, encabeçaram essa loucura?

O Ódio Nativista

Para entendermos melhor o quadro, é preciso recuar um pouquinho no tempo.

No final do reinado de D. Pedro I, o Imperador já tinha perdido

o apoio entusiástico dos brasileiros, começando a cercar-se de seus compatriotas portugueses e recebendo muitos ataques dos nacionais. Os que apoiavam o Imperador acabaram por reunir-se no Partido Conservador e na Sociedade das Colunas (do Império), enquanto seus adversários formaram o Partido Liberal, desejosos de mais liberdade e que achavam que devia diminuir a influência dos lusitanos, pois o Brasil não era mais colônia.

No fundo, era a indisposição da maioria do povo humilde, dos assalariados, dos pequenos comerciantes, dos pretos forros, dos pobres, enfim, contra os portugueses, os ricos, os grandes comerciantes, que ocupavam aqueles postos menores na administração pública mas decisivos ao nível da arraia miúda, pois os privilegiados eram os que mandavam surrar, os que mandavam prender, os que nunca eram punidos.

Era um ódio nativista que se voltava contra caixeiros, contra viajantes, contra os "alfacinhas" de forte sotaque e que apareciam nas modinhas e landus e andavam na boca do povo:

*"Português é pé de chumbo
Calcanhar de frigideira
Quem é que lhe deu licença
De casar com brasileira".*

Uma revolta dos moços brasileiros, pobretões, que viam suas amadas, a quem faziam serenatas, casando-se com caixeirinhos louros e de olhos azuis, que começavam a ganhar – e guardar – suas primeiras patacas.

Em Lorena, parece que foi exatamente isso que aconteceu. As listas de moradores registraram um grupo de portugueses, relativamente moços, casados nas famílias principais da Vila mas que já eram comerciantes fortes e estavam se enriquecendo cada vez mais...

Era o caso, por exemplo, de Joaquim José Moreira de Lima e de José Vicente de Azevedo, ambos casados com filhas do Cap.-Mor Manoel Pereira de Castro; o sogro descendia de velhas famílias da Província, cuja linhagem recuava até João Ramalho e Bartira.

Enquanto estes portugueses se mantivessem tranquilos, ganhando seu dinheiro no comércio e os filhos das famílias antigas ocupassem seus postos no governo, estava tudo bem, eram tolerados.

Não foi assim com Moreira Lima, o pai do futuro Conde de Moreira Lima? Os irmãos de suas esposas, seus cunhados, os aceitavam amistosamente.

Todavia se tivessem veleidades políticas, se quisessem, unindo seu dinheiro com o prestígio dos sogros, entrar para a política – e no Partido Conservador, é claro – se se arvorassem em chefes políticos locais, o conflito com seus cunhados brasileiros seria inevitável: – “Como é que este “pé de chumbo”, além do desaforo de casar com minha irmã, vai querer mandar no Brasil”?

Resultado: o Pe. Manoel Teotônio de Castro, filho do Capitão Mor, tornou-se inimigo de seu cunhado, o Cap. José Vicente de Azevedo. O pior é que ambos eram violentos, arrogantes, incapazes de aceitar qualquer coisa que considerassem ofensa, por mínima que fosse. O Pe. Manoel Teotônio esteve até contra seu próprio pai, por causa da localização da ponte do Paraíba, enquanto José Vicente chegara a matar outro comerciante português, mais rico que ele.

Estes ódios e rivalidades familiares estiveram na raiz mas não foram, porém, os únicos responsáveis pela revolução lorenense, embora contribuíssem fortemente para ela, pois o Pe. Manoel Teotônio era o chefe do Partido Liberal e José Vicente, o do Partido Conservador.

Em Lorena, um outro fator poderoso se juntava a este e que era o grande número de aventureiros existentes na Vila.

A Encruzilhada de Lorena

Realmente, Lorena era uma importante encruzilhada de caminhos que, do litoral, de Paraty, Mambuca e Ubatuba, seguiam para Minas Gerais, e de São Paulo rumavam para o Rio de Janeiro em virtude de ser o ponto mais fácil para a travessia do Paraíba.

Esta encruzilhada tornava Lorena o maior centro comercial do Vale do Paraíba, tendo quarenta casas de comércio, enquanto Taubaté, o segundo centro tinha pouco mais de vinte casas, em 1828. É lógico, porém, que esta riqueza tinha muitos inconvenientes. Junto com as 22.000 tropas de burros, que passavam por ela anualmente, vinha também uma grande massa de desocupados, de gente sem profissão definida, sem nenhuma raiz local e sem obedecer princípio algum de moralidade, bastando dizer que um terço das moradias eram casas de prostituição.

Gente sem freios, sempre pronta a badernas e a seguir qualquer um que lhe oferecesse dinheiro ou proteção, para quem a própria vida e a dos outros não valia nada. Disposta e até empolgada com revoluções e com tudo que afrontasse o governo, a lei e a ordem. Naturalmente, pendendo para o Partido Liberal e contra os conservadores.

É por isso que a Revolução de 1842 no Vale do Paraíba foi exaltada e virulenta em Lorena e não teve maior adesão nas outras vilas, a não ser um episódio isolado em Taubaté. É que elas não eram encruzilhada, como Lorena, nem tinham a massa de manobras desta população flutuante e disponível.

Ao lado das rivalidades familiares e da gente baderneira que Lorena possuía, Silveiras, por sua vez, apresentava um quadro agudo de inimizades anteriores à Revolução, defrontando-se o vigário, Pe. Manoel Félix de Oliveira, filho do fazendeiro e Juiz de Paz Francisco Félix de Castro; aparentado com o Cap.-Mor de Lorena, de um lado, com o Cap. Manoel José da Silveira, da família dos fundadores da Vila, de outro, empossado subdelegado de polícia.

A estes atritos e ciúmadadas entre as pessoas importantes das duas vilas, é preciso somar o clima existente no país, mal saído do período tumultuado das Regências, quando revoltas pipocaram em várias regiões, como a dos cabanos, a dos farrapos, a dos balaios, a dos sabinos, que mostravam não respeitar nem temer a lei, cada grupo achando que poderia resolver suas reclamações e pendências na base de insurreições armadas.

Este estado de efervescência nacional tinha uma boa amostra nos próprios discursos na Câmara dos Deputados, com a imprensa agitando todos os assuntos e repetindo as palavras desvairadas dos projetos aloucados, os incitamentos demagógicos ouvidos em toda a parte, os motins e sublevações dos batalhões na Corte e nas províncias.

O Senador José Martiniano de Alencar, pai do romancista, chegou a criar uma sociedade secreta, nos moldes da maçonaria, intitulada "Sociedade dos Patriarcas Invisíveis", para lutar contra a Lei da Reforma, distribuindo armas e instalando núcleos por todo o Império. Uma das testemunhas do processo de Silveiras afirma que todas as vilas, de Lorena até São Paulo, já tinham organizado o seu núcleo.

Mudando as cabeças

A transferência destas paixões para o grosso do povo aparece nitidamente no interrogatório das testemunhas do processo de Silveiras, propalando-se inverdades para que os pobres e inocentes trabalhadores fossem capazes de morrer por alguma coisa que não entendiam, mas mantendo sua fidelidade aos chefes.

A primeira testemunha relata que um dos homens do Vigário Manoel Félix dizia que com a Lei de Reforma "os filhos famílias iam todos para a recruta"; outro afirmava que a "Lei da Reforma era muito bárbara e que por ela e por qualquer causa iam apanhar no pelourinho"; outra contou que para atrair os negros libertados ao nascer, os liberais diziam que pela nova Lei "todos os libertos ingênuos ficavam novamente sujeitos ao cativo e que haviam de apanhar de bacalhau, sendo forros".

Repare-se que estas duas ameaças – a de que todos seriam recrutados e de que os negros apanhariam do bacalhau – eram uma forma de imbutir no consciente de cada um, com idéias ao seu alcance, que a nova Lei era cruel, embora nada existisse nela a respeito.

A do recrutamento era o pavor de todos os homens válidos, pois seriam mandados para a Capital, engajados num dos batalhões e enviados para qualquer parte do país. O mesmo aconteceria com os Guardas Nacionais. E não se esqueça que no Exército vigorava o Regulamento do Conde de Lippe, que previa castigos de açoites.

Uma das testemunhas diz que fora avisado de que as novas autoridades, mesmo antes de entrarem na posse de seus cargos "tinham mandado uma lista de todos os filhos famílias, quer ricos, quer pobres para serem recrutados, e outra lista dos Guardas Nacionais para irem ao Rio de Janeiro destacados; e que isto era uma desgraça que entraria no Brasil, porque os destacados e os recrutados deixariam suas famílias em desgraça e que portanto se haviam de ir fazer guerra em terra estranha, então guerreassem já aqui, pois morrer por morrer, morriam já aqui na Pátria".

É evidente que os chefes tinham de enfiar na cabeça dos "soldados" algum motivo para que combatessem o governo. E haveria algum outro mais forte do que ameaçá-los de separação da família, que ficaria na miséria, e de morte em solo estranho? Ou de perda da liberdade, no caso dos negros? Ou de castigo público com o "bacalhau"?

Para os mais esclarecidos, diziam que não estariam sozinhos, pois teriam a ajuda "dos rebeldes do Sul, Bento Manuel e que esperavam gente da Franca e Anselmo e várias ajudorias da Vila de Areias e Minas". Tudo era uma utopia pois os farrapos do Sul não tinham condição de ajudar ninguém, nem os de Areias ou de Minas.

Surpreendente foi a referência à Vila da Franca do Imperador e a Anselmo. Quem estudou a história da região da Alta Mogiana

sabe do que se trata. O vereador e fazendeiro Anselmo Ferreira de Barcelos invadiu a Vila da Franca três vezes, em 1838, por razões puramente locais e jamais teria possibilidade de vir auxiliar os revoltosos de Silveiras e Areias porque, quatro anos depois das "Anselmadas", estava sendo processado pela justiça. Nosso espanto é verificar como os revoltosos do Vale do Paraíba conheciam a limitada rebelião francana.

Os liberais de Silveiras criaram um verdadeiro clima de guerra; e por toda a diminuta Vila, passavam homens com seu poncho e suas armas, dirigindo-se às reuniões, onde era servida muita aguardente e se falava na "lei bárbara" e na caçada que iriam fazer aos "carás", apelido pejorativo dado aos conservadores.

Eram todos trabalhadores do campo – "eu estava na roça cuidando do meu cafezal, quando chegou aviso de que deveria vir para a Vila", conta uma testemunha; ou, como disse outra, que pegando suas armas e saindo para a Vila encontrou com um amigo, "o qual lhe disse que voltasse porque aquilo não lhe pertencia, porque era para uma revolução".

"Perpétuo Silêncio"

O processo de cinquenta e duas folhas sobre os fatos de Silveiras, que apontou como réus o Vigário Manoel Félix de Oliveira, Francisco Félix de Castro, José Maria da Cunha, Antonio José da Silveira e Manoel Alves Cardoso, não chegou ao seu final, que seria o julgamento dos acusados pelo Tribunal do Júri.

O último ato processual foi a citação das testemunhas restantes, feita a 30 de janeiro de 1843 e a informação do Oficial de Justiça de que dois estavam muito doentes, um tinha falecido, dois não foram encontrados e três já não residiam em Silveiras.

A falta de definição pode ter sido também consequência da evolução dos fatos do próprio movimento, com a morte do Cap. Silveira, o processo-crime geral e até de uma suposta proclamação do Cap. José Vicente de Azevedo, que teria proposto o desarmamento dos espíritos mas que ainda não encontramos.

De qualquer forma, a 10 de setembro de 1844, o novo Juiz Municipal, Pe. Justino José de Lorena, mandou transcrever no processo o Dec. de 14 de março de 1844, que concedia anistia às pessoas envolvidas nos crimes políticos de 1842, nas Províncias de São Paulo e Minas Gerais, fazendo-se perpétuo silêncio sobre eles.

Os Arrombamentos de Lorena

Já nos dois processos de arrombamento de casas em Lorena, pelos revoltosos, para se apoderarem das armas da Guarda Nacional, pouca coisa se pôde concluir.

Em um, são relatados fatos ocorridos no mesmo dia em que estourou a revolução, 1º de junho, pelas "aves-marias" mais ou menos, quando foi arrombada a casa do Ten. Inácio Monteiro de Noronha, onde se encontrava o armamento, constituído de "vinte e duas reunas com baionetas e correame".

Não se suponha um arrombamento da porta da casa, porque o grupo enviado pelo Pe. Manoel Teotônio arrebitou a parede debaixo de uma janela, levando as armas.

No interrogatório das testemunhas, realizado em outubro de 1842, bem depois de terminada a revolta, ninguém sabia dizer o nome do chefe do grupo de arrombadores. Um "por estar muito escuro" e só reconheceu a fala de dois; outro afirmou que tinha ouvido dizer que Vicente José de Luna, o Castelhana, falara a outra pessoa que era ele. O próprio morador da casa, Ten. Inácio Noronha, declarou que estava tomando banho e "que lhe representou ouvir a fala do réu Vicente" mas não podia garantir e que perguntando a José de Tal, conhecido por Juca Vermelho, que carregava uma luz, dissera ele que reconheceu Vicente de Luna.

Este Vicente José de Luna, de 60 e tantos anos, casado, vivendo de negócios, era natural de Badajós, na Espanha, e por isso apelidado de Castelhana. Ao ser interrogado dissera não saber quem era o autor do arrombamento e que não tomara parte no mesmo.

Veja-se bem o que estava acontecendo. Numa vilazinha de meia dúzia de ruas, com menos de dois mil habitantes, onde todos se conheciam, um grupo de homens abre um rombo numa parede, fazendo um barulhão que se pode imaginar... E ninguém sabia – ou dizia não saber – quem era o chefe do grupo. A hora da ocorrência, à noitinha, as "ave-marias", não serve de pretexto.

Na verdade, todos estavam sonhando o nome do autor, porque sabiam que tinha sido mandado pelo Pe. Manoel Teotônio, que em outubro de 1842 estava foragido mas mesmo assim não perdera nem o prestígio nem a força.

A polícia agarrou um castelhana que estava preso desde julho, culpou a ele e ao Pe. Manoel Teotônio e mandou-os a julgamento, em fevereiro de 1843. Os jurados não reconheceram a culpa do réu e

Vicente de Luna foi absolvido depois de oito meses de prisão. Infelizmente, o processo não fala sobre a origem socio-econômica dos jurados, se fazendeiros, comerciantes ou prestadores de serviços. O nome de família de um só deles, Francisco Ferreira dos Reis, permite-nos saber que era fazendeiro. Dos outros, nada. Ou melhor: no fundo estão denunciando porque o Partido Liberal sempre vencia em Lorena.

Na outra apropriação de armas nem foi preciso arrombamento. As dezesseis espingardas estavam na casa de Antonio Luis Domingues Bastos, pai de Rodrigo Luís Gonçalves Bastos, capitão comandante da Guarda Nacional, e às 8 horas da manhã do dia 2 de junho apresentou-se à porta de sua casa uma "escolta de rebeldes, comandada por Antonio Ferreira de Melo, conhecido por Antonio da Venda, dizendo que por ordem do Juiz de Paz, Pe. Manoel Teotônio, vinha buscar o armamento, que lhe foi entregue pacificamente.

O Antonio da Venda teve mais sorte que Vicente de Luna, pois o Juiz Municipal Cândido Rebelo Palhares encerrou o processo a 10 de setembro e mandou que fosse solto – só três meses na Cadeia! – pois cumprira ordem do Juiz de Paz. E como o Pe. Manoel Teotônio estava desaparecido, não foi realizada a sessão do Tribunal do Júri a 10 de fevereiro de 1843, como tinha sido marcada.

Conclusão

O processo de sedição em Silveiras e os dois de Lorena demonstram a força do Partido Liberal e de seu chefe lorenense, o Pe. Manoel Teotônio, e permitem sentir o clima da época em todo o país, ajudando-nos a compreender as revoluções do período regencial, encerrado com a maioria de D. Pedro II e a revolução de tresloucados em questão.

Percebe-se que o freio moral, que segura as pessoas e as mantém dóceis às decisões do governo, tinha sido rompido, libertando sentimentos extremados de ódios e paixões, antes bloqueados pelo convívio social. Em outros termos: rompeu-se abertamente, estridentemente, o contrato social, pela falta de credibilidade dos governantes.

Assim, o Arquivo Público Municipal de Lorena deve continuar guardando carinhosamente estes velhos papéis amarelados, que ajudam no conhecimento do passado de nossa cidade e de nossa gente, isto é, ao conhecimento de nós mesmos.